

A importância da formação do profissional jornalista e sua relação com o meio ambiente social no século XXI

Paula Melani Rocha*

Índice

1	Introdução	2
2	A evolução da comunicação e sua relação com o receptor	3
3	Profissão X Ocupação	4
4	O processo de profissionalização do jornalismo brasileiro	5
5	Conclusão	9
6	Referências Bibliográficas	10

Resumo

Este artigo analisa a importância da formação do profissional que trabalha na mídia, mais especificamente com o conteúdo da informação, o jornalismo, neste século. Ele tem como objetivo discutir o meio ambiente para o qual esse novo profissional dirige a informação focando a questão global e regional. Entende-se como meio ambiente o público receptor, no caso o brasileiro. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica. O referencial teórico divide-se em

*Professora e coordenadora do curso de Jornalismo da UniCOC. Mestre e Doutora em Sociologia das Profissões pela UFSCAR. Pós-graduação em Jornalismo – Harvard/EUA. Formada em Jornalismo pela Casper Líbero e em Ciências Sociais pela USP. Endereço eletrônico: paulamelani@coc.com.br.

dois campos: teorias do jornalismo com os autores José Marques de Melo, Adelmo Genro Filho e Nelson Traquina, e em sociologia, focando Dominique Wolton e Eliot Freidson. O estudo não aponta respostas e sim uma reflexão sobre a necessidade de formar um profissional consciente com essa nova realidade.

Palavras-chave: mídia, jornalismo, meio ambiente, Brasil.

Abstract

This article analyses the importance of the media worker, more specifically with information content, in this century. The objective is to discuss the environment where this new professional directs the information focusing global and regional questions. It is understood as environment the public, in this case the Brazilians. The method adopted is bibliographic research. The theory referential was divided in two fields: in journalism theory with the authors José Marques de Melo, Adelmo Genro Filho and Nelson Traquina, and in sociology with Dominique Wolton and Eliot Freidson. The study does not bring answers but reflections

about the need to prepare workers for this new reality.

Key-words: media, journalism, social environment, Brazil.

1 Introdução

Dentro da temática Tecnologia e transformação, em especial a formação e responsabilidade do comunicador na construção de novos ambientes digitais, este artigo procura contribuir com a reflexão referente à atuação do profissional jornalista brasileiro neste contexto e sua relação com o meio ambiente. Entende-se por meio ambiente uma definição mais ampla que se enquadra no conceito mídia ecologia descrito no próprio site Media Ecology Association¹, a qual inclui o público receptor e os efeitos da mídia na percepção humana, nos seus valores e sentimentos e, diz respeito, também como a interação com a mídia, facilita ou impede a sobrevivência da sociedade.

A mídia exerce um importante papel social, principalmente em um país com as características sócio-econômicas do Brasil, as quais refletem no seu povo. É um país com aproximadamente 186 milhões de habitantes², uma extensão territorial de 8.511.965 km², abrigando uma diversidade cultural e uma população marcada pela baixa qualidade de escolaridade. Segundo dados da UNESO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), referentes aos anos de 2001 e 2002, o Brasil

¹<http://www.media-ecology.org/>, acessado em 22 de dezembro de 2006.

² Estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), referente ao ano de 2006.

ocupa a 72^a posição no ranking de 127 países do Índice de Desenvolvimento de Educação e Qualidade e se considerar a taxa de permanência de estudantes até a 5^a série do ensino fundamental, ele cai para a 87^a posição. No índice geral, o Brasil está atrás de vizinhos latino-americanos, como a Argentina (23^o), Cuba (30^o) e Chile (38^o). No aspecto desigualdade social, o cenário também não é otimista, como mostra a pesquisa feita por Human Development Report (HDR) – Organização das Nações Unidas (ONU), de 2004. Nela o Brasil apresenta índice de Gini próximo a 0,6 que indica uma desigualdade brutal e rara, pois poucos países apresentam índice de Gini superior a 0,5. Dos 127 países presentes no relatório, o Brasil apresenta o 8^o pior índice de desigualdade do mundo, superando todos os países da América do Sul e ficando apenas à frente de sete países africanos. (MAIA, 2006) Além disso, o Brasil é um país heterogêneo, a região sul difere da norte, nordeste e sudeste. Há diferenças culturais, econômicas e sociais. Não se pode discutir comunicação sem considerar as peculiaridades dos comunicadores e de seu público receptor. As questões são: como se comunicar de forma global com um público diversificado? E como se deve trabalhar o conteúdo jornalístico nas novas mídias digitais? Para Wolton (2006) a globalização da comunicação permitiu o fim da distância física, porém revelou a extensão das distâncias culturais. Ambas as questões apontadas possuem um ponto de congruência, o comunicador e sua atuação.

O poder de influência da mídia aumentou com a globalização da informação e conseqüentemente a expansão de novos veículos de comunicação e suas convergências. No período entre o final do século passado

e início deste século, o domínio da tecnologia possibilitou, mesmo aos países em desenvolvimento, romperem-se os limites de distância e tempo, deixando no seu rastro benefícios, mas também constrangimentos nas transformações sociais. Hoje a informação está mais democratizada graças à internet que nos possibilita ler, ouvir ou mesmo assistir um noticiário produzido no outro lado do mundo. O monopólio da informação perde parte do seu poder. O ambiente digital fascina os usuários, mas ele não é apenas um meio de entretenimento e, sim, mais um instrumento de informação e transmissão de conhecimento.

Em 2006 o Governo brasileiro determinou o programa de instalação da TV digital no país. A preocupação da academia, em especial dos teóricos da comunicação, é mais com o conteúdo que será veiculado e com atuação dos profissionais do que com a tecnologia empregada, mesmo porque, essa já foi determinada pelo Governo. Para entender melhor a importância do profissional jornalista no ambiente digital e sua relação com o meio ambiente é viável repassar o conceito de comunicação e o papel do jornalista na sociedade.

2 A evolução da comunicação e sua relação com o receptor

A comunicação existe desde que os homens vivem em sociedade. No entanto, sua concepção mudou após a revolução industrial, com o crescimento urbano, o êxodo rural e a fragmentação das estruturas sociais tradicionais. Outro grande marco de sua mudança foi após as duas Grandes Guerras Mundiais, pois o seu desenvolvimento está intrinsecamente

relacionado à sociedade democrática com sua mobilidade social, liberdade de opinião, igualdade dos sujeitos, direito de expressão e pluralismo político. Assim, pode-se afirmar que a comunicação é fruto de um movimento social, cultural e político. Comunicar deixou de ser apenas informar e passou a significar também troca. Enquanto informar é produzir e transmitir mensagens, a comunicação implica um processo de apropriação, de relação entre emissor, mensagem e receptor. Comunicar não é um processo simples, ele envolve a complexidade do receptor. É estar atento ao receptor, às condições que ele recebe, aceita ou recusa a mensagem. Na comunicação o receptor é ativo e livre.

Da imprensa à internet, foram aproximadamente cinco séculos de história, envolvendo transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Romperam-se limites espaciais e temporais. O receptor sofreu transformações bem como a comunicação. A aldeia global tornou-se realidade. Com a globalização aumentou o número de receptores e de mensagens. No entanto, expandiu-se de forma desordenada. Atualmente há quase 75 milhões de páginas disponíveis no universo virtual, o difícil é saber separar o que é informação e o que é entretenimento. Tornou-se difícil identificar se o receptor absorve a mensagem que realmente foi emitida pelo emissor, seja através de som, texto ou imagem. A mesma mensagem endereçada a milhares de pessoas não é recebida da mesma maneira por todas elas. Não há um receptor universal. *“Quanto mais as mensagens se globalizam, mais as diferenças culturais da comunicação se afirmam.”* (Wolton, D. 2006, p. 17)

A comunicação não é um processo fácil, pelo contrário, Wolton (2006) afirma que ela

é complexa por natureza e que com o progresso técnico, ela complicou-se mais nos últimos 30 anos. *“Hoje em dia todo mundo vê tudo ou quase tudo, mas percebe-se ao mesmo tempo, que não compreende melhor o que acontece. A visibilidade do mundo não basta para torná-lo mais compreensível. Mesmo onipresente, a informação não pode explicar um mundo percebido como mais complexo, mais perigoso, menos controlável e em que as diferenças culturais e religiosas se exacerbam.”* (Wolton, D., 2006, p. 19)

A complexidade do receptor, para o autor, está relacionada, sobretudo às diferenças culturais. Embora a informação possa ser mundial, os receptores não o são. *“... a globalização é um acelerador da contradição.”* (Wolton, D., 2006, p.19)

Todo processo de recepção envolve uma negociação das três dimensões da comunicação: técnica, econômica e cultural. Os indivíduos negociam as mensagens, como negociam com a realidade. Os países em desenvolvimento estão participando da revolução da comunicação, com acesso às redes, Internet e satélites. É interessante economicamente aumentar o número de receptores. No entanto, o público receptor brasileiro está em condições econômicas, sociais e culturais diferentes do público dos países desenvolvidos e essa diferença é percebida. Se a diversidade não for respeitada, no futuro, ela pode gerar conflitos.

Nos bastidores da mídia, mais precisamente nas entranhas do processo de comunicação atuam vários profissionais com diferentes formações. E eles, por sua vez, têm que acompanhar estas transformações ocorridas na comunicação e na própria sociedade, cabe a eles adequar os novos veículos aos

princípios de sua profissão e papel social. A mídia digital também é um veículo de transmissão de conhecimento e pela diversidade do receptor, é importante se preocupar não só com o conteúdo universal, mas também o regional que deve ser divulgado. Essas peculiaridades devem ser vistas por esses profissionais.

O jornalista é um destes profissionais que trabalham na mídia. Ele faz a comunicação. O ato de informação na imprensa é acompanhado por uma estratégia de comunicação. Muitas vezes, ele tem que ir à contramão das idéias do público alvo. Por isso, a necessidade de ter profissionais preparados, cientes da sua relevância social e do contexto histórico, atuando na transmissão dessas informações. Entretanto, as ciências da comunicação é recente comparada às ciências tradicionais como medicina e direito, e também é desvalorizada. Ainda não há um consenso sobre a importância da interdisciplinaridade dos saberes, na própria academia. Uma das alternativas para capacitar o jornalismo, é tratar essa atividade não como uma ocupação e sim como uma profissão, com a mesma legitimidade das profissões tradicionais.

3 Profissão X Ocupação

A discussão sobre os conceitos de profissão e ocupação ampara-se na sociologia. A profissionalização e sua especialização estão interligadas ao processo histórico, às mudanças políticas, sociais e econômicas. A história das profissões tem seu marco no industrialismo capitalista do século XIX, quando aumentou a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia e a disputa levou à criação de associações e instituições

próprias. Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. São esses fatores que elevaram o status de algumas ocupações para a esfera da profissão. (FREIDSON, 1996)

Os conceitos apontados por Freidson (1996) para especificar as características das profissões dentro da estrutura das ocupações são:

1. profissão é um tipo de trabalho pago, feito em tempo integral, que inclui o mercado informal;
2. profissão é de caráter especializado, de base teórica, com competência discricionária de julgamento sobre uma área do saber;
3. profissões são aquelas ocupações que controlam a divisão do trabalho, que é determinada pelas suas relações, que negociaram as delimitações e fronteiras jurisdicionais de cada uma, diferente do método baseado no livre mercado ou controlado por uma administração racional-legal externa à profissão;
4. na profissão, o controle do mercado de trabalho é ocupacional, feito através do credenciamento dos membros da profissão;
5. a profissão envolve a pessoa com conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo do saber profissional, obtido fora do mercado de trabalho, nas instituições de ensino superior.

4 O processo de profissionalização do jornalismo brasileiro

No Brasil, a carreira de jornalismo iniciou seu processo de profissionalização no século passado, mais especificamente a partir do final da década de 30, com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento, exigência do diploma para o exercício da profissão, divisão por editorias nas redações até as inovações tecnológicas. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi criado em 1937. O primeiro curso superior de jornalismo é de 1947. Em 17 de outubro de 1969, em plena ditadura militar, foi aprovado o Decreto-Lei 972, com alterações posteriores (Decreto 65.923 e Decreto 83.284) regulamentando a profissão e consagrando a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. Em seguida, aumentou a remuneração salarial e foram criadas editorias, acarretando maior especialização do profissional por áreas, acrescido da exigência de um profissional com maior conhecimento de todo o conjunto de uma redação. Houve, também, mudanças tecnológicas, como a introdução dos computadores nas redações, o surgimento do jornalismo *on-line* e da televisão na *internet*. No entanto, o processo de profissionalização não está sedimentado, quando se compara com carreiras como medicina e direito.

Um dos aspectos que afeta o *status* do jornalismo enquanto profissão, comparado com medicina e advocacia, segundo a definição de Freidson, refere-se à *expertise*. Como a obrigatoriedade do diploma para o exercício

da profissão em jornalismo é recente comparada às profissões tradicionais e ainda não está consolidada, muitos administradores de empresas de comunicação no país não possuem formação acadêmica em jornalismo. Eles obtiveram titulação em outras áreas, como, por exemplo, administração de empresas e ciências sociais, ou são considerados jornalistas pelo tempo de exercício. São profissionais que estão atuando no mercado num período anterior a 1979 e conseguiram a licença junto aos Sindicatos e Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ - por tempo de serviço. Na opinião dos jornalistas e de grande parte das empresas de comunicação, o curso de graduação em jornalismo não tem a mesma importância que cursos consagrados como direito e medicina. Na valorização do profissional pesa mais sua experiência profissional, especializações e outros complementos do que sua formação acadêmica em jornalismo.

A obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo ficou suspensa, sob disputa legal no âmbito da justiça, durante o período de 2001 a 2005. Segundo dados do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 13 mil estudantes de jornalismo e pessoas que atuavam na área em todo país obtiveram o registro provisório para exercer a atividade. Esses registros são conhecidos como precários e estão sendo cassados pela FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas - e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

No Brasil, a profissão de jornalismo também não possuiu uma fronteira jurisdicional, um conselho regulamentado que esteja acima dos profissionais, como a OAB e o Conselho Federal de Medicina. Nos últimos dois anos houve uma grande discussão so-

bre a criação do Conselho Federal dos Jornalistas, mas frente à polêmica e divergência dos profissionais da área de comunicação e também dos donos dos veículos de comunicação, o respectivo conselho não foi criado.

Estes fatos ilustram que no Brasil, ainda há divergência entre os pragmáticos e os teóricos sobre a necessidade de uma formação teórica em jornalismo para o exercício da profissão. Mesmo entre os estudiosos não há consenso se o jornalismo deve ou não ser considerado ciência. Grande parte das grades dos cursos de jornalismo no país é constituída de ciências humanas e disciplinas técnicas. Poucas tratam o jornalismo como ciência. Também não há uma diferença clara nas próprias universidades entre ciências da informação e ciências da comunicação.

Na literatura internacional a discussão do jornalismo como conhecimento apareceu já em 1690, na tese “Os relatos jornalísticos” do alemão Tobias Peucer, defendida na Universidade de Leipzig. Ele comparou o relato jornalístico com o relato histórico, a partir das categorias filosóficas do singular, particular e universal. Peucer também discutiu aspectos atuais como o conceito de noticiabilidade, a ética profissional, a mercantilização da informação e a relação com as fontes. Outra grande contribuição da sua tese foi a invenção do gênero informativo. (PEUCER, 2004)

Na primeira metade do século XX, outro teórico alemão Otto Groth defendeu o reconhecimento da “ciência jornalística”, quando revelou que o exercício diário do jornalismo exige uma metodologia científica no desenvolvimento de uma reportagem, passos que se repetem independente da sociedade e da sua cultura específica. O jornalismo utiliza veículos que materializam idéias, com vida

e destinos próprios, usufruindo de uma estrutura e recursos humanos. O que muda é o conhecimento produzido pelo jornalismo e não as características dessa atividade: periodicidade, atualidade, universalidade e difusão.

Em Portugal, na década de 90, o jornalista Nelson Traquina se destacou no âmbito da discussão do jornalismo não se limitar a um ensino tecnicista. Na busca de entender o que é o jornalismo e por acreditar que a Universidade deve oferecer um estudo teórico sobre a prática da profissão, Traquina criou a disciplina “Teoria da Notícia”. E ele foi mais além, juntamente com outros pesquisadores de diferentes instituições, Traquina criou o *Centro de Investigação Media e Jornalismo* na cidade de Cascais, em Portugal. O objetivo é estudar o jornalismo como uma ciência própria menos atrelada às ciências humanas. Em duas de suas obras Traquina (2005a, 2005b) analisa a relação entre jornalismo e democracia. Através de uma pesquisa bibliográfica sobre jornalismo na literatura norte-americana e francesa, Traquina vê as notícias como uma construção social. O autor aborda algumas teorias do jornalismo como a teoria do espelho, do *gatekeeper* e do jornalismo enquanto profissão.

Adelmo Genro Filho foi um dos primeiros jornalistas brasileiro a defender uma teoria para o jornalismo, fundamentada em uma ciência própria e a implantar a disciplina na Universidade Federal de Santa Catarina. Na sua dissertação de mestrado, o autor fez uma revisão das abordagens teóricas (funcionalismo, indústria cultural, marxismo) e práticas do jornalismo, focando os limites das teorias propostas, as quais ilustravam apenas as técnicas dessa atividade, e a falta de uma reflexão por parte dos profissionais sobre o

exercício diário da profissão. Nesta dualidade, o maior prejudicado era o próprio jornalismo. Para Genro Filho (1987), as teorias acadêmicas, em sua maioria, eram fracas, reproduziam as técnicas descritas nos manuais ou dissertavam sobre críticas ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação.

Genro Filho (1987, p.3) propôs ao jornalismo um papel revolucionário: “*o de ser uma forma de conhecimento que, embora historicamente condicionada pelo capitalismo, apresenta potencialidades que ultrapassam esse modo de produção*”. Com isso, ele procurou mostrar que o jornalismo é uma forma de conhecimento com base na indústria moderna, mas também faz parte da relação entre indivíduo e gênero humano e assim pode estar presente em qualquer sociedade futura, independente do seu modo de produção. O compromisso do jornalismo é com o público, por isso, esse último é tão importante no processo de comunicação realizado pelo jornalista.

O jornalista e teórico José Marques de Melo defende o estudo do jornalismo como ciência. Melo (1998) mostra que para caracterizá-lo cientificamente é necessária a coexistência de atualidade, oportunidade, universalidade e difusão coletiva. Assim, o jornalismo pode ser definido como “*ciência que estuda o processo de transmissão oportuna de informações da atualidade, através dos veículos de difusão coletiva*” (Melo, J.M., 1998, p.74).

Por um outro viés, mas dentro do mesmo contexto de discussão, Garda (1997) aborda o jornalismo como atividade humana, interagindo a arte e a ciência. Analisa a ciência como método no exercício da profissão, através de técnicas de apuração, investigação e busca de objetividade. A autora critica o

jornalismo atual por não praticar essa interação entre a arte e a ciência, se afastando cada vez mais, com o advento da tecnologia, do contato com o público. O profissional retrata um mundo diferente daquele visto pela maioria das pessoas. Outra crítica apontada por Garda é que no mundo atual as pessoas vivem em comunidades diferentes, embora próximas geograficamente, elas estão isoladas para se protegerem do excesso de informação e o jornalista, por sua vez, também se fechou em uma comunidade. Uma das alternativas apontadas pela autora é a do jornalista trabalhar a capacidade de comunicar à sociedade os universos distintos do dele. Neste aspecto, Garda se aproxima da análise de Wolton, sobre as diferenças culturais do público *on-line*, atribuindo ao jornalista o papel de dialogar com este público respeitando as diversidades.

Para Chaparro (2006) o jornalismo não é praticado como ciência e muito menos como simples técnica, o que ele vê como uma crítica. Com os avanços da tecnologia e a rapidez da informação, o autor mostra que o jornalista hoje não deveria apenas narrar o que acontece, mas também ser capaz de compreender e atribuir significados aos fatos. A dificuldade não está nas ferramentas e sim na capacidade intelectual para apreender e compreender os acontecimentos. Chaparro (2006) mostra que se o jornalista incorporasse alguns procedimentos científicos, mais especificamente um método de pesquisa, com recorte do objeto, investigação, verificação, aferição, contextualização e profundidade, o seu trabalho seria mais confiável, menos superficial e menos pobre. Ele produziria mais habitualmente grandes reportagens e reportagens especiais. O autor

aponta uma discussão com o conteúdo produzido pelos jornalistas na sociedade atual.

Meditich (2002) discute se o jornalismo é uma forma de conhecimento, apontando três abordagens diferentes. Na primeira, o autor distancia o jornalismo de ciência por ele não se utilizar de um “método científico”, no seu sentido positivista, ao realizar a elaboração de uma reportagem. Essa posição, também utilizada pela Escola de Frankfurt, situa o jornalismo como uma ciência mal feita e às vezes perversa e degradante por falar de todos os assuntos de forma superficial. Na segunda abordagem, o autor cita Robert Park (1940) ao mostrar que o jornalismo possui uma forma de conhecimento da observação do cotidiano e da vida humana, o qual ele denomina de “conhecimento da realidade”, com uma sistemática semelhante à produzida pelas ciências. A terceira abordagem apontada por Meditsch enfatiza o que o jornalismo tem de único, é justamente a sua forma diferente de revelar a realidade, ilustrando aspectos que os outros modos de conhecimento são incapazes de mostrar. Enquanto a ciência procura estabelecer as leis que regem um fato e suas relações, o jornalismo tem a sua força na singularidade do próprio fato. O autor ressalta ainda que o jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz para a sociedade e seus indivíduos, mas também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. Para Meditsch, o jornalismo não é uma ciência, pois ele é incapaz de explicar a realidade que se propõe revelar. Mas, por outro lado, o jornalismo como forma de conhecimento é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências. O jornalismo tem uma forma de conhecimento de direito próprio. Não é apenas um instrumento para

transmitir conhecimentos produzidos por outrem e nem tão somente um meio de comunicação, mas é também um meio de conhecimento com relevância e responsabilidade do seu papel social.

O interessante entre as contribuições dos autores citados é perceber que há categorias fixas no jornalismo, as quais se repetem no exercício da profissão desde o século XVII e que esta atividade é pautada em uma metodologia, independente do veículo e da área de atuação. Outro aspecto relevante é a necessidade do profissional entender o contexto social no qual ele atua, considerando as características sócio-econômicas, culturais e de mentalidade da sociedade e do seu público receptor. A falta desta percepção e deste conhecimento por parte do profissional prejudica o conteúdo veiculado na mídia e a própria relação entre emissor e receptor no processo de comunicação.

5 Conclusão

A evolução do processo de comunicação é inquestionável e irreversível, assim como a sociedade informatizada e globalizada. Embora com o advento da tecnologia tenha diminuído a distância física entre países e pessoas, os locais e os povos não são idênticos e muitos aspectos sociais e culturais não são universais. Há diversidades e elas devem ser respeitadas em especial no processo de comunicação, em respeito ao receptor. Este artigo procurou salientar a necessidade de pensar sobre o papel do jornalismo brasileiro neste contexto, considerando o meio ambiente social do Brasil e o cenário mundial. Como mostrou-se na introdução, o Brasil é um país rico em contrastes. O jornalismo brasileiro deve deixar de ser tratado como

uma ocupação e passar a ser uma profissão. Para isso, tem que haver uma preocupação acadêmica no processo de formação do profissional na graduação, envolvendo teorias do jornalismo, metodologia da atividade, conhecimento sobre a história do jornalismo, sua relação com a história da sociedade, com o modo de produção, com a democracia e a repercussão dos avanços tecnológicos no fazer jornalismo e na posição do público. Não tem como praticar jornalismo sem considerar o contexto social e seus agentes. Estas especificidades, entre outras, tornam o jornalismo uma ciência, com domínio de conhecimento próprio para o exercício da profissão.

O fazer jornalismo não se restringe a um dom pessoal, ele envolve uma metodologia na prática profissional. O exercício diário do profissional, desde apuração da pauta até a ida a campo, exige um procedimento metodológico, que será mais valorizado se for fruto de uma reflexão lógica. Esse conhecimento também deveria ser mais explorado na formação do profissional.

O jornalista também deve conhecer as características do seu país e do contexto global, para poder reportar um fato e isso tem que ser ministrado na Universidade por profissionais competentes. Como mostrou-se acima, os avanços tecnológicos aliados à democracia tornaram o processo comunicacional mais complexo. O jornalista deve ter ciência desta complexidade para saber sobre o que está falando e quem é o seu público alvo, principalmente no mundo *online*. A mídia digital é mais um veículo para transmitir conhecimento e o profissional não pode esquecer sua responsabilidade social. A formação dos jornalistas é de interesse da sociedade. Uma sociedade democrática possui uma imprensa crítica e responsável.

6 Referências Bibliográficas

- CHAPARRO, Carlos. De como a ciência pode ajudar a notícia. *MidiAmix – Assessoria de Imprensa*. Disponível: www.midiAmix.com/assessoria/nota2.htm. Acessado em março de 2006.
- FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo, Edusp, 1998.
- FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, SP, n. 31, junho 1996.
- GARDA, Cynthia. Nem arte nem ciência. *Revista Mirandum III*. São Paulo, Agosto, 1997.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- MELO, José Marques. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.
- MELO, José Marques. *Comunicação e modernidade*. São Paulo, Edições Loyola, 1991.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? *Mídia & Jornalismo*, Vol.1, p.9-22, 2002.
- PARK, Robert. A notícia como conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. Trad. Brás. Steinberg, C., *Meios de Comunicação de Massa*, São Paulo, Cutrix, 1940.
- PEUCER, Tobias. Os relatos Jornalísticos. Tradução Paulo da Rocha Dias. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Florianópolis. Editora Insular. 2004. Vol. I. Nº2. p.13-30.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis. Editora Insular. 2005a. Vol.I.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis. Editora Insular. 2005b. Vol. II.
- WOLTON, Dominique. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo, Paulus, 2006.